



MINHA CASA MINHA VIDA: ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE MODOS DE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO EM CIDADE “INTERMEDIÁRIA”¹

Romária Rodrigues Rocha, Antônio Dimas Cardoso, Yasmim Assunção de Aquino, Lucas Tibo Saraiva, Rafael Milani Pereira

Introdução

O rápido e intenso processo de urbanização alcança dimensões irreversíveis, em todas as direções e espaços, numa escala mundial. Viver em centros urbanos tornou-se uma prerrogativa do mundo moderno, sendo a cidade a expressão empírica desse fenômeno. No Brasil, o Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE identificou que, dos 190.732.694 habitantes, 84% moram em áreas urbanas, sendo que no ano 2000 esse índice era de 81%.

O município de Montes Claros/MG possui uma população de 361.971 habitantes, sendo que 94,22% residem na área urbana (IBGE, 2010). Verifica-se uma mobilidade socioespacial contínua de pessoas, incrementando serviços e “oportunidades”, sendo a cidade de Montes Claros a principal referência desse dinamismo populacional na região. Dados oficiais mostram que os deslocamentos populacionais, após os ciclos dos anos 1960, 1970 e 1980, mais uma vez se intensificaram a partir de 2010, com o crescimento da demanda habitacional, o que tenciona a demanda por habitação.

Tendo o Programa *Minha Casa Minha Vida* (PMCMV) como universo de pesquisa empírica, o nosso principal objetivo se situa na análise sociológica de modos de apropriação da moradia em empreendimentos habitacionais, financiados pela Caixa Econômica Federal, a famílias de renda entre zero a R\$ 1.600,00. O estudo – ainda em fase de execução técnica – visa traçar um primeiro perfil dos investimentos em Montes Claros na construção de unidades habitacionais nas zonas urbanas e rurais. O próximo passo será verificar a situação das famílias beneficiadas, identificando seus modos de apropriação dos espaços, internos e externos; verificando condições de acesso a equipamentos públicos, além de estudar significados e evidências de laços sociais rompidos e (re) construídos junto às famílias.

Material e Métodos

No âmbito do PMCMV trabalhou-se na pesquisa de campo a partir de duas dimensões: a dimensão institucional da política habitacional e a implementação do Programa no âmbito do município de Montes Claros. Num primeiro momento de pesquisa, o levantamento foi documental, além da pesquisa bibliográfica. Foram consultados documentos “de primeira mão”, oriundos da Caixa Econômica Federal, que até então não haviam recebido tratamento analítico no campo acadêmico. A pesquisa priorizou a consulta a modalidade “Faixa um” do PMCMV, destinado a atender famílias com renda de zero a R\$ 1.600,00, onde a construção é praticamente 100% subsidiada pelo governo federal. Para complementação de dados, foram consultados técnicos e supervisores, para uma visão panorâmica da operacionalidade do PMCMV. Ainda não houve contato direto com os beneficiários do Programa, por ainda estar pendente a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa. Foram realizadas visitas de campo nos conjuntos habitacionais Nova Suíça conforme fig.1 e Santos Drummond fig.2, para identificação e análise da configuração socioespacial dos principais conjuntos habitacionais contemplados pelo PMCMV em Montes Claros.

Resultados e Discussões

Como em outros centros urbanos brasileiros, Montes Claros, cidade-pólo situada na região norte de Minas Gerais, o processo de urbanização reorienta o estilo de vida das pessoas, se for considerado que “os novos modos de espacializações correspondem a uma modificação das estratificações sociais” (Remy, 1985, p. 132).

Diante da complexidade urbana, o problema da habitação adquire cada vez mais centralidade política, fundamentalmente quando envolve a realocação da população de baixa renda. Programas governamentais são revistos e novos financiamentos imobiliários implementados, envolvendo um número cada vez mais de famílias que buscam sua realocação nos espaços urbanos. A intensificação do processo de espacialização da vida social, no contexto urbano de

¹ Apoio Financeiro: PIBIC – FAPEMIG.

Montes Claros, gera uma tensão permanente entre o espaço “concebido”, “vivido” e “percebido” (Lefebvre, 2001). Combina o movimento – de pessoas, de coisas, de ideias – com os significados e as narrativas que os circundam. Nesse sentido, mais do que cidade “média” – termo historicamente consagrado pela abordagem da Geografia – Montes Claros passa a ser entendida sociologicamente como “cidade intermediária”. É a cidade interstícia, por excelência, com uma população “flutuante” de cerca de um milhão de pessoas, segundo estimativas dos poderes públicos locais.

Considerar a cidade como complexa implica admitir que a (re) construção de seus espaços é moldada na base de lógicas e de racionalidades múltiplas, eventualmente contraditórias, que constitui um sistema aberto, instável e eminentemente ambivalente; que a variações menores podem engendrar mudanças significativas que se tornam geralmente irreversíveis.

Demandado pela sociedade, o poder público, através de seus programas habitacionais, envia esforços, principalmente através de mecanismos de concessão de crédito, para assegurar acesso à casa própria, no esforço institucional de integração no tecido urbano, em meio à lógica competitiva do mercado imobiliário. Programa habitacional como o “Minha Casa Minha Vida”, atualmente o principal instrumento de crédito imobiliário no país, passou a ser o meio mais eficaz utilizado pelos governos federal e municipais, no esforço estratégico de ordenamento da crescente demanda por habitação. No Norte de Minas Gerais, por exemplo, com Montes Claros em destaque, esse programa também ganhou centralidade política na missão institucional de referência de crédito habitacional.

Por meio deste estudo podemos perceber que as famílias beneficiadas pelo PMCMV “Faixa um” mantêm uma relação paradoxal com a sua “casa própria”, cujo imóvel permanece por 120 meses, em média, sob alienação fiduciária pela Caixa. Nessa mesma faixa de análise, as parcelas mensais pagas pelos beneficiários variam de R\$ 25,00 a R\$ 80,00 reais. Desde o início do Programa, em Montes Claros, são 3.033 unidades habitacionais atendidas, com obras concluídas na zona urbana. Nos conjuntos habitacionais visitados, Nova Suíça e Santos Drummond, têm-se 496 e 241 unidades respectivamente. Já na zona rural, o total de unidades habitacionais (famílias atendidas) perfaz 49.

Como resultados parciais desse primeiro momento de pesquisa, é interessante notar, nos conjuntos habitacionais visitados, a precariedade em determinados setores estruturais, como segurança, espaços de lazer e cultura, escolas e postos de saúde. Por outro lado, há ruas asfaltadas e em boas condições, com passeios adaptados para pessoas com deficiência. Mesmo assim, é patente o abandono geral por parte da gestão municipal com esses conjuntos, tendo em vista vários espaços vagos que acabam servindo de depósito de lixo, como mostra a fig.3. Novas configurações espaciais determinam novas redes de sociabilidade, que abarcam relações de união e amizade, mas também de conflitos, pois famílias de diferentes localidades e modos de vida passam a compartilhar um mesmo espaço.

Conclusão

De fato, o habitar constitui-se em dispositivo fundamental de formação de uma identidade de um morador em um ambiente social. Nesta fase da pesquisa, mesmo sem ainda uma abordagem direta junto às famílias beneficiárias pelo Programa *Minha Casa Minha Vida*, através de entrevistas, é possível detectar que os modos de apropriação do espaço procuram reproduzir valores e práticas sociais. Nos conjuntos habitacionais, financiados pela Caixa, é possível verificar que cada unidade (casa ou pequeno apartamento) – espacialmente padronizada – rapidamente vai se convertendo em um mundo “personalizado” pelo próprio morador e sua família. Ou seja, nenhuma das soluções técnicas, espaciais, projetadas pelos agentes públicos para as moradias serão totalmente adequadas, uma vez que necessidades, expectativas e aspirações manifestam-se com o ato de habitar. Essa percepção vem à luz à medida que se observa o surgimento de novas configurações – “puxadinhos” fig.4, jardins, alegorias, utensílios, bens móveis existentes – em relação aos projetos originais aprovados pelos técnicos credenciados pelo órgão financiador dos novos imóveis.

Em seu ensaio sobre *O direito à cidade* (2001), a tese de Lefebvre se confirma ao afirmar que “a produção do espaço não se faz sem contradições”, especialmente em lugares submetidos a profundas transformações, como é caso de Montes Claros, considerada nesta pesquisa como sendo uma “cidade intermediária” (Rémy, 2013). O estilo de habitação acaba sendo uma reprodução da divisão social do trabalho. Seguindo essa teoria de Lefebvre e Rémy, o espaço – aqui representado pela habitação – não seria nem um ponto de partida (mental e social) nem um ponto de chegada (produto social ou lugar dos produtos), mas um “intermediário” em todos os sentidos desse termo.

Referências

[1] LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

[2] REMY, Jean. Villes intermédiaires, participation et transactions sociales. IV Colóquio Internacional Ação Pública e Problemas Sociais em Cidades Intermediárias. Lisboa (Portugal): 23 a 25 de janeiro de 2013.

[3]_____As modas, as posições intermédias e as espacializações do social. In: Sociedade Território. Porto (Portugal): n. 21, março 1985.

[4]CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Habitação. 2014. Disponível em: </http://www.caixa.gov.br/novo_habitacao/minha-casa-minha-vida/index.asp>. Acesso em: 14 Ago. 2014.

[5]INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: </http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>. Acesso em: 14 Ago. 2014.



Figura 1: Conjunto Habitacional Nova Suíça.
Fonte: Grupo de Estudos em Sociologia Urbana



Figura 2: Conjunto Habitacional Santos Drummond.
Fonte: Grupo de Estudos em Sociologia Urbana



Figura 3: Espaço vago, sendo usado como despejo de lixo no Conjunto Habitacional Nova Suíça.
Fonte: Grupo de Estudo em Sociologia Urbana.



Figura 4: “Puxadinho” no Conjunto Habitacional Nova Suíça.
Fonte: Grupo de Estudo em Sociologia Urbana.